

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2024
CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2024

Conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 145/2023

Pelo o presente instrumento que entre si fazem de um lado o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARAÓPEBA – IPREV PBA**, inscrito no CNPJ: Nº. 01.931.756/0001-17 com sede na Rua Paula Freitas, nº 110, Centro, Paraopeba/MG, CEP: 35774-000, representado pela sua Diretora Presidente, Sra. Rosângela Ferreira da Costa, brasileira, solteira, portadora de RG nº MG-3.886.822 e nº CPF: 654.819.926-04, residente e domiciliada na Av. Presidente Juscelino, 457, Bairro Dom Bosco, em Paraopeba/MG, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a **MENSURAR - SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.847.061/0001-29, com escritório na Avenida do Contorno, nº 6594, sala 701 - Savassi – Belo Horizonte/MG, CEP 30.110.044, neste ato representada por seu Representante Legal César Mattos dos Santos, brasileiro, casado, portador do RG nº M-038.679 e CPF nº 600.097.646-15, residente e domiciliado na Rua Piauí, nº 1435 – Apto nº 1104, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte/MG, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, **autorizados pelo Processo nº 002/2024 – Inexigibilidade nº 002/2024** e que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos financeiros do IPREV PBA, em especial:

1.1. análise e elaboração de cenários micro e macroeconômicos, incluindo planejamento nas áreas econômica e financeira, bem como estudo e análise financeira de investimentos;

1.2 orientação e recomendação, a partir dos cenários micro e macroeconômicos, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, com emissão de parecer documentado sobre produtos financeiros;

1.3 assessoramento na definição de regras e normas para a alocação de recursos, propondo metas de alocação em segmentos específicos e limites de exposição ao risco, nos termos da legislação e com vistas a alcançar a meta de rentabilidade do IPREV PBA;

1.4 desenvolvimento de estratégias e planos de ação direcionados à redução da volatilidade e à antecipação de efeitos das mudanças estruturais econômicas, devidamente fundamentada em parecer técnico;

1.5 elaboração de diagnóstico acerca da carteira de investimentos do IPREV PBA, rentabilidade das aplicações e seu respectivo enquadramento no que diz respeito à legislação que trata da matéria;

1.6 elaboração de relatório gerencial e consolidado dos ativos financeiros do IPREV PBA, mensalmente: a distribuição da Carteira, assim compreendido o valor, bem como o percentual de cada ativo em relação à Carteira de Investimentos, ao segmento e por instituição financeira; retorno, por ativo, no mês e ano corrente e seu percentual em relação à meta de rentabilidade; rentabilidade da Carteira no mês e acumulada no ano, bem como a comparação com os principais indicadores (meta atuarial, IPCA, CDI, IRF-M, IMA-B e IMA Geral); enquadramento das aplicações financeiras em relação à Resolução CMN nº 4.963/2021 e à Política de Investimentos (PI), subdividido por artigo/segmento, percentual da carteira, percentual da Resolução e percentual da PI; análise de risco da Carteira; e fluxo de caixa da Carteira de Investimentos, de modo que permita verificar as movimentações de entradas e saídas de recursos;

1.7 elaboração de relatório mensal contendo um resumo acerca da carteira de investimentos do Instituto, com a rentabilidade do mês e acumulada no ano, sua distribuição por instituição financeira e o por segmento, sua comparação com os principais indicadores (meta de rentabilidade, INPC, IPCA, CDI, IRF-M, IMA-B e IMA Geral), a evolução do patrimônio líquido do Instituto, bem como parecer acerca do cenário micro e macroeconômico, em linguagem simples e clara, objetivando o conhecimento dessas informações pelos segurados do IPREV PBA;

1.8 elaboração de relatório mensal, com todos os dados necessários ao preenchimento dos demonstrativos do Ministério da Previdência Social (CNPJ, segmento, valor da cota, valor do patrimônio líquido, gestor e administrador);

1.9 elaboração de relatório atualizado com os prazos de resgate das aplicações financeiras que compõem a Carteira de Investimentos;

1.10 monitoramento da indústria de fundos de investimentos, com alternativas para a aplicação dos recursos financeiros do IPREV PBA;

1.11 análise de produtos financeiros, onde seja exposta a opinião clara e pontual da empresa a respeito do produto analisado, capaz de subsidiar a tomada de decisão pelo IPREV PBA quanto à aplicação dos recursos, num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de solicitação, exceto para fundos estruturados, cujo prazo será de 10 (dez) dias úteis;

1.12 assessoria na elaboração, na aplicação e possíveis alterações na Política de Investimentos;

1.13 assessoria na elaboração das Autorizações de Aplicação e Resgate – APR;

1.14 execução de atividades de controladoria e avaliação de risco dos ativos;

1.15 assessoria e emissão de termo de credenciamento das instituições que receberão as aplicações dos recursos financeiros do IPREV PBA, bem como dos fundos de investimentos, incluindo ferramenta para o controle de prazos e respectivas atualizações;

1.16 elaboração de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, com periodicidade anual, visando à gestão de riscos de descasamentos entre ativos e passivos do RPPS;

1.17 realização de reunião mensal entre a contratada e os gestores, membros do Comitê de Investimentos e Conselheiros do IPREV PBA, de forma presencial ou on-line, a critério do Instituto;

1.18 disponibilização de sistema eletrônico para gerenciamento da carteira de investimentos em ambiente web, através de login e senha próprios do Instituto;

1.19 o atendimento através de telefone, email, whatsapp e presencial por parte da empresa contratada, de forma a garantir a comunicação contínua, eficaz e eficiente ao IPREV PBA.

1.2. Todos os relatórios, análises, diagnósticos, entre outros documentos oriundos da presente contratação devem ser disponibilizados em ambiente web, privativo do IPREV PBA, até o 15º (décimo quinto) dia subsequente ao mês de referência.

1.3. Todas as informações prestadas pelo Instituto obrigam ao dever de sigilo, não podendo ser divulgadas sem prévia e expressa autorização escrita por parte do IPREV PBA.

1.4. A empresa contratada deverá prestar os serviços de acordo com as melhores técnicas profissional, em estrita observância ao disposto neste Termo de Referência e às determinações contidas na legislação vigente, incluindo suas alterações ou outros dispositivos legais que vierem a substituí-las, sem custos adicionais ao IPREV PBA, adotando as providências necessárias para o bom e fiel cumprimento dos serviços ora contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando a partir de 17 de janeiro de 2025, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, respeitando a vigência máxima decenal.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1. O preço que se ajusta para a realização dos serviços previstos na cláusula primeira deste é a importância de R\$2.741,53 (dois mil, setecentos e quarenta e um reais e

cinquenta e três centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 32.898,36 (trinta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos) por doze meses.

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento devido será efetuado mensalmente, até o dia 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente certificadas, e desde que atendidas as demais condições contratuais.

4.1.1. A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da CND da Fazenda Federal e Certificado de Regularidade do FGTS, atualizados, caso contrário ocorrerá à paralisação do pagamento, sobre o qual não incidirão juros de mora ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE DOS PREÇOS

5.1. Após os primeiros 12 (doze) meses, quando da prorrogação, caso se verifique a necessidade de reajuste, o valor do contrato poderá ser atualizado pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), nos termos do art. 92, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES

6.1. A **CONTRATADA** sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, o previsto no art. 156 a 159 da Lei Federal 14.133/2021, bem como no Termo de Referência, sem prejuízo da responsabilidades civil e criminal.

6.1.1. As multas por ventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos a que a **CONTRATADA** tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso.

6.1.2. Ao proponente que entregar ou apresentar documentação falsa e incompleta, exigida para a instrução do processo, ensejarem o retardamento da execução do serviço, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções previstas na Lei 14.133/21, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao IPREV-PBA pelo infrator:

6.2. A aplicação das penalidades previstas nesse item é de competência exclusiva do **IPREV-PBA**.

CLÁUSULA SÉTIMA: RESCISÃO

7.1. A rescisão ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas abaixo:

- a) Recusar-se a implantar os sistemas objeto desta Licitação;

- b) Falir ou dissolver-se;
- c) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia e expressa anuência do **IPREV/PBA**.
- d) Tornar-se inadimplente com relação a qualquer das condições do contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

8.1. A CONTRATADA obriga-se a:

8.1.1. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, deslocamentos e garantias, resultantes da execução do contrato;

8.1.2. Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as licenças, taxas, emolumentos necessários à fiel execução do contrato, eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas, além de todas as obrigações sociais, previdenciárias e tributárias, bem como por quaisquer encargos trabalhistas decorrentes do exercício profissional de seus funcionários, despesas com pessoal, de acordo com as exigências legais, inclusive o fornecimento de transporte, hospedagem e alimentação e outras que se fizerem necessárias à plena e perfeita execução dos serviços, quando realizarem os serviços *in loco*;

8.1.3. Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação dos serviços, devido à impossibilidade de execução conforme o contratado, sem qualquer custo adicional ao Contratante;

8.1.4. Contratar pessoas idôneas para prestarem os serviços nos horários e forma definidos pelo Contratante.

8.1.5. Manter toda a equipe treinada e habilitada conforme a legislação vigente;

8.1.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias nos serviços a serem prestados, até o limite de 25% do valor do contrato;

8.1.7. Informar ao Contratante sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato ou dos serviços prestados;

8.1.8. Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de fac-símile, telefone e/ou endereço eletrônico (e-mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte do Contratante;

8.1.9. Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido;

8.1.10. Executar os serviços em total conformidade com o objeto definido na Cláusula Primeira deste termo.

8.1.2. Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade dos serviços executados, reportando-se ao Fiscal do contrato quando houver necessidade.

8.2. O IPREV-PBA se obriga a:

8.2.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato a ser assinado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da empresa contratada;

8.2.2. Efetuar o pagamento à contratada, na forma e prazos estabelecidos neste Contrato, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

8.2.3. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.4. Definir regras de fiscalização relativas ao objeto contratado;

8.2.5. Outras obrigações decorrentes da execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO SIGILO PROFISSIONAL

9.1. O CONTRATADO obriga-se a manter o mais absoluto e completo sigilo sobre quaisquer dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamentos da CONTRATANTE, de que venham a ter conhecimento ou acesso ou que lhe venham a ser confiados, em razão deste Contrato, e que sejam de interesse da CONTRATANTE, não podendo, sob qualquer pretexto e mesmo após o término deste Contrato, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a este contrato, sob as penas da lei.

9.2. O CONTRATADO se compromete com o tratamento confidencial das informações levantadas e/ou fornecidas pela CONTRATANTE, e assume as seguintes obrigações:

9.2.1. Não divulgar qualquer informação do próprio trabalho para terceiros, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação;

9.2.2. Não utilizar a documentação associada com os trabalhos para fins não aprovados por escrito pelos responsáveis pela CONTRATANTE e pelo CONTRATADO, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA: PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Para fazer face às despesas, serão utilizadas as dotações orçamentárias do orçamento vigente do IPREV/PBA:

03.01.01.09.122.0400.4001-33903500 - Fonte 18020000.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização da execução do objeto será do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Paraopeba – IPREV/PBA, através de sua Diretoria e de seu Fiscal do Contrato, conforme Portaria 009/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente contrato foi celebrado com fulcro no art. 74, III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 0145/2023, conforme Processo nº 002/2024 – Inexigibilidade nº 002/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VÍNCULO

13.1. O presente contrato de prestação de serviços não gera quaisquer vínculos trabalhistas entre contratante e contratada, bem como entre contratante e os funcionários e prestadores da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraopeba/MG, como único e competente para dirimir quaisquer questões que porventura advirem do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e CONTRATADAS, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, cuja publicação do extrato do presente instrumento, correrá por conta da CONTRATANTE no Órgão Oficial do Município.

Paraopeba, MG, 20 de janeiro de 2025

ROSÂNGELA FERREIRA DA COSTA
DIRETORA PRESIDENTE IPREV PBA
CONTRATANTE

CÉSAR MATTOS DOS SANTOS
MENSURAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

